

UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS

Termo de Referência 34/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2026	153114-UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	SILVANA CORREA PINTO	06/05/2026 13:45 (v 0.8)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	268/2026	23078.512652/2026-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **materiais de Construção Civil para o abastecimento do Almoxarifado de Obras – ALMOBRA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	PEDIDO MÍNIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL
1	1	428225	Aditivo plastificante para argamassas de assentamento e reboco convencional. Deve atender à norma ABNT NBR 16826:2020.	Litro	210	100	R\$ 35,10	R\$ 7.371,00
2	2	315169	Argamassa colante uso interno - tipo AC I - Argamassa colante cimentícia para assentamento de revestimentos cerâmicos em áreas internas, para paredes. Deve atender às normas da série ABNT NBR 14081:2012.	saco 20kg	108	50	R\$ 17,63	R\$ 1.904,04
	3	315173	Argamassa colante uso interno/externo - tipo AC III - Argamassa colante cimentícia para assentamento de porcelanatos em áreas internas e externas. Deve atender às normas da série ABNT NBR 14081:2012, NBR 13753:1996, NBR 13754:1996 e NBR-13755:1996.	saco 20kg	298	100	R\$ 47,80	R\$ 14.244,40
	4	249065	Argamassa pronta múltiplo uso, indicada para assentamento de blocos cerâmicos, rebocos, nivelamentos de superfícies internas, regularizações e reparos em alvenaria. Deve atender às normas da série ABNT NBR 13281:2023.	Saco 20Kg	50	50	R\$ 28,63	R\$ 1.431,50
			Argamassa para reparo estrutural interno e externo. Tonalidade cinza. De qualidade igual ou superior à marca Quartzolit. Alta aderência,					

	5	243152	prevenindo descolamentos, garantindo estabilidade. Indicado para recuperação de pilares, vigas e lajes. Atender à norma ABNT NBR 14725 (segurança/FISPQ). Espessuras de até 10 cm.	Saco 20Kg	20	10	R\$ 105,57	R\$ 2.111,40
3	6	625870	Graute cimentício estrutural, com alta resistência, uso Interno e Externo, na cor cinza. Evita trincas e fissuras. Indicado para fins estruturais como: reparos em estruturas de concreto, preenchimento de bases para equipamentos e máquinas, reforço de fundações e uso em lavenaria estrutural. Deve atender às normas da série ABNT NBR 17211:2014.	saco 20kg	140	100	R\$ 53,99	R\$ 7.558,60
4	7	216966	Cimento de alta resistência inicial CP V - ARI. Deve atender à norma ABNT NBR 16697:2019.	saco 40kg	200	50	R\$ 39,90	R\$ 7.980,00
	8	233636	Cimento portland pozolânico – CPIV-32. Deve atender à norma ABNT NBR 16697:2019.	saco 50kg	983	400	R\$ 60,43	R\$ 59.402,69
5	9	367228	Impermeabilizante Cimentício. De mesma qualidade ou equivalente à marca SELAMIX.	Embalagem de 18 kilograma	110	10	R\$ 138,90	R\$ 15.279,00
6	10	483457	Pedra de alicerce grês rosa - Medidas aproximadas 15x21x42cm	unidade	860	350	R\$ 8,05	R\$ 6.923,00
7	11	261759	Meio-tijolo 6 furos, tamanho - 9x14x9cm - meio-bloco cerâmico de matéria-prima argilosa e queimado a elevadas temperaturas. Atender a norma ABNT NBR-15270/1:2005. Fornecido em embalagem paletizada.	unidade	1673	500	R\$ 0,86	R\$ 1.438,78
	12	271931	Tijolo 6 furos, tamanho - 9x14x19cm - bloco cerâmico de matéria-prima argilosa e queimado a elevadas temperaturas. Atender a norma ABNT NBR-15270/1:2005. Fornecido em embalagem paletizada	unidade	10953	5000	R\$ 1,04	R\$ 11.391,12
	13	249004	Tijolo maciço comum, tamanho - 5x9x19cm - tijolo maciço cerâmico de matéria-prima argilosa, queimado a elevadas temperaturas, tipo comum. Cor vermelho. Atender à norma ABNT NBR-7170:1983. Fornecido em embalagem paletizada, unidade.	unidade	8747	4000	R\$ 2,07	R\$ 18.106,29
8	14	602738	Malha pop de aço 4,2mm - espaçamentos 10x10cm - nervurado e soldada em todos os pontos de cruzamento, painel 2,00x3,00m. Aplicação: Concreto armado	unidade	56	20	R\$ 174,23	R\$ 9.756,88
9	15	255824	Vergalhão de ferro CA-50 10mm - vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	barra 12m	176	50	R\$ 82,90	R\$ 14.590,40
	16	255769	Vergalhão de ferro CA-50 6,3mm - vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	barra 12m	77	20	R\$ 33,19	R\$ 2.555,63
	17	255768	Vergalhão de ferro CA-50 8,0mm - vergalhão em aço nervurado CA-50. Produzido de acordo com a norma	barra 12m	100	50	R\$ 65,99	R\$ 6.599,00

			ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado					
18	236991		Vergalhão de ferro CA-60 4,2mm - vergalhão em aço nervurado CA-60. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	barra 12m	126	20	R\$ 19,62	R\$ 2.472,12
19	372656		Vergalhão de ferro CA-60 5,0mm - vergalhão em aço nervurado CA-60. Produzido de acordo com a norma ABNT NBR-7480:2007. Aplicação: Concreto armado	barra 12m	22	5	R\$ 21,64	R\$ 476,08
TOTAL								R\$ 191.591,93

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O agrupamento dos itens nesta contratação foi realizado conforme a natureza dos materiais a serem fornecidos, resultando na formação de grupos distintos. Essa segmentação objetiva refletir a realidade de mercado e respeitar as especializações das empresas fornecedoras, permitindo a participação de um número maior de fornecedores habilitados a atuar em nichos específicos. A medida busca ainda mitigar riscos de licitação deserta ou fracassada, frequentemente observados quando itens de natureza diversa são reunidos em um único lote, o que dificulta a participação de fornecedores com atuação segmentada. A segmentação por grupos homogêneos promove maior aderência dos fornecedores ao objeto licitado, visto que é comum que empresas se especializem no fornecimento de materiais específicos.

1.4.1. Adicionalmente, o agrupamento por tipo de material também contribui significativamente para a eficiência na gestão e fiscalização contratual. Tratando-se de fornecimento de bens, quanto menor o número de contratos celebrados, maior a facilidade de monitoramento das entregas, controle dos prazos e verificação da conformidade técnica dos produtos, conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência. A centralização por grupo reduz a fragmentação da responsabilidade contratual e os custos administrativos relacionados ao acompanhamento de múltiplos contratos, indo ao encontro do Princípio da Economicidade e da vantajosidade para a Administração Pública.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano, conforme disciplinado no termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da lei 14.133 de 2021.

1.5.1 A vigência de 1 ano, com a possibilidade de prorrogação anual, é considerada mais vantajosa nesta contratação, pois gera economia de custos, evitando a perda de tempo e recursos humanos na elaboração de novas contratações anuais.

1.6. O fornecimento dos materiais aqui descritos é entendido como de fornecimento contínuo, tendo em vista a recorrência da necessidade. A interrupção desse fornecimento tem o potencial de prejudicar as atividades da universidade.

1.7. Havendo divergência entre o código do CATMAT e a descrição do item, prevalece a descrição que consta no Termo de Referência na tabela do item 1.1.

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 92969856000198-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 12/06/2025;
- III) Id do item no PCA: 1849 a 1867;
- VI) Classe/Grupo: 5335/5610/5620/6850/8030/9510;
- V) Identificador da Futura Contratação: 153114-268/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Ao licitante vencedor, serão exigidos, quando couber, de acordo com a Lei n. 10.295/2001 e o Decreto n. 2.783 /1998, que seus produtos atendam aos seguintes critérios de sustentabilidade:

- a) que os produtos ofertados, na medida do possível, sejam acondicionados em embalagens adequadas, recicláveis e com o menor volume possível. Essa exigência tem relação com o armazenamento e distribuição adequada, no ciclo de vida do produto;
- b) que os produtos ofertados sejam constituídos, considerando suas características e utilidade, por materiais atóxicos.
- c) que os produtos ofertados não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.1 A comprovação do disposto no item 4.1, poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, instituição credenciada ou **mediante declaração da licitante**, onde ateste que os produtos ofertados atendem e cumprem, no todo ou em parte, com os referidos critérios de sustentabilidade.

4.2 A licitante é responsável pelas informações prestadas na declaração, estando ciente de que declarações falsas implicarão em sanções administrativas, cíveis e criminais.

4.3 Maiores esclarecimentos podem ser solicitados ao Departamento de Meio Ambiente e Licenciamento - DMALIC – SUINFRA/UFRGS, pelo telefone (51) 3308.6786 e e-mail dmalic@ufrgs.br.

Indicação de marcas ou modelos

4.4. Na presente contratação, poderá ser indicada a seguinte marca, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

- Item 5 - marca QUARTZOLIT
- Item 9 - marca SELAMIX.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.5 Na presente contratação não se aplica a vedação de contratação de marca ou produto.

Da exigência de amostra

4.6 Na presente contratação não será exigida amostra.

Da exigência de carta de solidariedade

4.7 Na presente contratação não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.9 Não haverá exigência da garantia da contratação, nos termos dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois se trata de bens de pronta entrega, conforme código de defesa do consumidor.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.10. Em atendimento ao art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e ao art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, a Administração Pública deve, sempre que possível, reservar cota exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, quando o item for divisível, viável de execução por empresas desse porte e tiver valor estimado de até R\$ 80.000,00. No presente caso, a licitação refere-se à aquisição de agregados (itens de construção civil), distribuídos em 19 itens, agrupados em 9 grupos técnicos-comerciais distintos.

4.11. A formação de grupos foi adotada com base nas características do mercado, em que os fornecedores nem sempre comercializam todos os tipos de materiais de forma individual, havendo especialização por linha de produto. O agrupamento visa preservar a competitividade, evitar o risco de itens desertos ou fracassados, e garantir eficiência logística e operacional, considerando que o fornecimento será feito sob demanda e requer cargas completas de diferentes materiais para locais diversos.

4.12. A contratação será realizada por grupo fechado, ou seja, cada grupo será adjudicado integralmente à empresa que apresentar a proposta mais vantajosa para o conjunto de itens daquele grupo, sendo condição necessária para assegurar padronização do fornecimento, menor custo logístico, e maior eficiência na entrega dos insumos.

4.13. Diante desse contexto, a divisão em itens isolados comprometeria a lógica técnica e comercial do certame, e a aplicação da cota exclusiva implicaria risco à vantajosidade e à competitividade da contratação. Assim, nos termos do § 5º do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, e com fundamento nos princípios da eficiência e do interesse público, justifica-se a não adoção da cota exclusiva para ME/EPP nesta contratação.

Margem de Preferência

4.14. Não será aplicada Margem de Preferência tendo em vista a natureza dos itens que compõe o objeto da contratação não requerer.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos materiais será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, via e-mail ou outro meio eletrônico.

5.1.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões que levaram à tal situação, com no mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, para que os pleitos de prorrogação de prazo sejam analisados, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2 A entrega se dará de forma parcelada, mas contínua, conforme pedido mínimo e necessidade da Administração Pública, sendo depositados em local indicado pelo servidor(a) que o receber.

5.2.1 A entrega deverá ser agendada pelos e-mails ou pelos telefones informados abaixo, com antecedência de no mínimo 24h, das 08:30 às 11:00 e das 13:00 às 16:00, de segunda-feira a sexta-feira, pelos seguintes contatos:

- Telefones: (51) 3308-6614 / (51) 3308-9997;
- e-mail: almoxarifado.obras@suinfra.ufrgs.br / ivani.schuster@ufrgs.br

5.3 Caberá à contratada arcar com todos os custos referente ao transporte e entrega dos produtos no endereço estipulado, **sendo de sua responsabilidade a carga e descarga dos mesmos**, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários indicado pelo setor de recebimento dos materiais.

5.4. Os bens deverão ser entregues em um dos seguintes endereços:

Principal:

- Almoxarifado de Obras - ALMOBRA: Av. Bento Gonçalves, 8.670 - Bairro Agronomia - Porto Alegre, RS.

Secundários:

- Prefeitura do CAMPUS CENTRO - Prédio 12205, quarteirão 02, próximo às cancelas da Rua Sarmento Leite- Bairro Farroupilha/Porto Alegre - RS.
- Prefeitura do CAMPUS SAÚDE - Rua Ramiro Barcelos, 2777. Bairro Santa Cecília/Porto Alegre - RS.
- Prefeitura do CAMPUS OLÍMPICO - Rua Felizardo, 750 /Jardim Botânico/ Porto Alegre - RS.
- Prefeitura do CAMPUS DO VALE - Prédio 43114. Av. Bento Gonçalves, 9500 - Bairro Agronomia. Porto Alegre - RS
- Prefeitura do CAMPUS LITORAL - RS 030, Km 92, nº 11700 – Lagoa Emboaba/Tramandaí- RS.
- Estação Eldorado do Sul - Rodovia BR 290 Country Club 1 - km 146 /Eldorado do Sul - RS.
- Unidade barro Vermelho LAMEF - Estrada do Barro Vermelho, 7505 /Gravataí - RS.
- Unidade Campus Serra - Cruzamento da Rua Os Dezoito do Forte com a Rua Moreira César/Caxias do Sul/RS.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (dias) dias, a contar da notificação à contratada.

5.5.1 Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

7.2.4.2. . Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas 'e' a 'h' acima, de 5% a 10% do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total contrato prevista na alínea 'c' acima, de 2% a 10% do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para infração descrita na alínea 'b' acima, de 1% a 5% do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% a 2% do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea 'a' acima, de 0,5% a 2% do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Antes da aplicação da sanção de Advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data de sua intimação (art. 24 da Lei nº 9.784/99).

7.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança (recebimento provisório) equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.2.1 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias.

8.2.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3.1. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.6.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.7.1. o prazo de validade;

8.7.2. a data da emissão;

8.7.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.7.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.7.5. o valor a pagar; e

8.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.10.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.10.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.11.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.11.2. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.14. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção no Mercado (INCC-M) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.18. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

8.19. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.19.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.19.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.19.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.19.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.20. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que 8trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.21. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/04/2026.

8.22. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção no Mercado (INCC-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data do orçamento estimado (item 8.21);

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

8.22.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.23. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.23.1. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.23.2. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.23.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.24. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme demanda.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

9.28. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 191.591,93 (cento e noventa e um mil quinhentos e noventa e um reais e noventa e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: Superintendência de Infraestrutura (Suinfra);

II) Fonte de recursos: 1000000000/1050;

III) Programa de trabalho: 230274;

IV) Elemento de despesa: 339030; e

V) Plano interno: M20RKQ0100N.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1 Não se aplica a esta contratação, uma vez que terá em anexo a minuta de contrato.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: 7608434

MARCIO JOSE DOS SANTOS MENEZES

Integrante Requisitante/Técnico



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 13:38:35.

Despacho: 7608434

SILVANA CORREA PINTO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 13:35:15.